

Insolvências - Resultados Favoráveis

Foram particularmente favoráveis os resultados apurados em 1970 quanto a solvabilidade. Tomando por base as estatísticas relativas ao período de janeiro a novembro, que cobrem os eventos nas duas maiores praças do país — Rio de Janeiro e São Paulo — verificamos notável melhoria sob diversos e importantes aspectos. Assim, por exemplo, em comparação com igual período de 1969, diminuiu o número de insolvências requeridas. As falências decretadas e as concordatas deferidas seguiram, também, curso decrescente. Embora os preços em geral aumentassem no decorrer do ano analisado em escala quase igual à de 1969, em vários setores de atividade econômica regrediu ou pelo menos se estabilizou, em termos globais, a incidência de insucessos empresariais. Apesar de ainda ter crescido o protesto de títulos, baixou o montante das obrigações vultosas não pagas. Contudo, o prejuízo sofrido pelos credores de grandes empresas, falidas ou concordatárias, se elevou bastante e o risco de insolvência se agravou de forma apreciável para as organizações de grande porte que se encontraram em dificuldades financeiras, mesmo que aparentemente fôssem estas de caráter passageiro.

Menores os Riscos Operacionais

São 2 os fenômenos que merecem atenção ao investigarmos os aspectos mais significativos da solvabi-

lidade: protesto de títulos e requerimentos de insolvência.

O protesto de títulos, ao qual ficam expostos devedores — sejam eles firmas ou pessoas físicas — impontuais ou faltosos na liquidação dos compromissos financeiros, representados por promissórias, duplicatas etc., constitui cronologicamente o primeiro sinal de dificuldades experimentadas pelos emitentes de papéis comerciais. Aquelas firmas que nem conseguem efetuar os pagamentos devidos no período que se segue ao protesto do título correm o risco de ter requerida a sua insolvência. Este conceito refere-se tanto à falência, que significa o fim das operações da empresa, como à concordata, durante cuja vigência certas restrições são impostas à atividade da organização. Nem todas as insolvências solicitadas terminam com a

falência decretada ou a concordata homologada. Mediante liquidação pela firma envolvida do débito em causa, mesmo que o pagamento se realize com atraso, como ocorre frequentemente, o credor desiste de prosseguir com a ação ou o pedido de falência. Não é apenas a maior ou menor incidência de títulos protestados ou de insolvências que nos permite formular conclusões a respeito da conjuntura. A evolução da quantidade de papéis comerciais não liquidados em comparação com a do respectivo valor, a defasagem entre a época do requerimento de insolvência e a do protesto de títulos, a análise setorial e a comparação das falências decretadas ou concordatas deferidas com as correspondentes insolvências solicitadas dão margem a uma série de valiosos esclarecimentos.

Insolvências e Títulos Protestados

Rio de Janeiro e São Paulo
Valores Trimestrais - 1969/1970

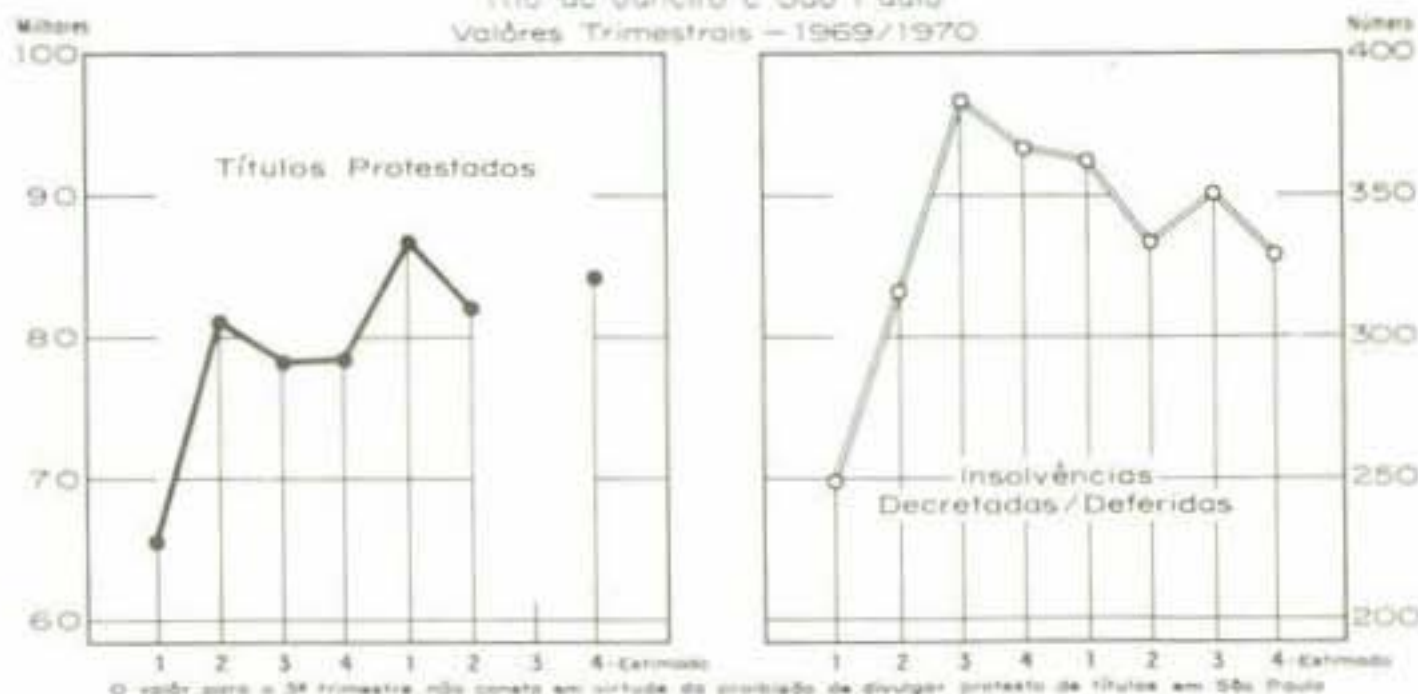


Tabela I — Número de Insolvências no Rio de Janeiro e em São Paulo — Janeiro a Novembro 1968/70

Ano	Requeridas			Decretadas/Deferidas		
	Falências	Concordatas	Total	Falências	Concordatas	Total
1970	3 228	381	3 609	936	351	1 287
1969	3 250	514	3 764	780	438	1 218
1968	2 395	341	2 736	507	275	782

Fonte dos dados originais: Cartórios.

Os fatos que mais chamam a atenção no exame da solvabilidade em 1970 são: a aproximada estabilidade do protesto de títulos e a progressiva diminuição dos requerimentos de insolvência. O GRÁFICO, que reproduz a evolução das 2 quantidades supra em 1970 e 1969 (resultados trimestrais), indica que no ano recém-findo o número global de promissórias e duplicatas não pagas variou apenas entre 82 e 87 mil em cada 3 meses, ao passo que em 1969 os valores extremos se haviam situado em 65 e 81 mil. Fatores sazonais, que antes exerceram importante influência, dando origem a fortes aumentos em determinadas épocas do ano e a apreciáveis decréscimos em outras, passaram em 1970 a plano secundário. Provavelmente oscilações menos violentas quanto ao fornecimento quantitativo de artigos de consumo força-

do aos grandes centros foram seguidas de maior equilíbrio entre procura e oferta, com ausência conseqüente de altas sensíveis e temporárias de determinados preços.

É muito diferente o que se observa em relação às insolvências decretadas, respectivamente deferidas. Desde o 3º trimestre/69, quando a incidência alcançou o seu máximo (dos 2 últimos anos), o número de falências e concordatas diminui ininterruptamente. No 4º trimestre/70 só ocorreram 3,9 insucessos comerciais, enquanto se protestaram 1 000 títulos, contra 4,9 insucessos entre julho e setembro/69. Isto significa que a economia privada no último ano resistiu melhor do que no anterior aos riscos inerentes à atividade industrial, comercial ou de prestação de serviços.

Tabela II — Número de Falências e Concordatas Segundo a Forma de Constituição das Firms — Rio de Janeiro e São Paulo — Janeiro a Novembro 1969/70

Forma de Constituição	Falências				Concordatas			
	1970		1969 *		1970		1969	
	Requeridas	Decretadas	Requeridas	Decretadas	Requeridas	Deferidas	Requeridas	Deferidas
Firmas Individuais	1 035	251	1 192	230	58	56	53	58
Socied. Respons. Ltda.	2 016	587	1 840	457	260	238	351	277
Sociedades Anônimas	177	98	218	93	63	57	110	103
Total	3 228	936	3 250	780	381	351	514	438

Fonte dos dados originais: Cartórios.

Diminuem os Pedidos de Insolvências

Em 1970 tiveram início 3 609 processos falimentares, contra 3 764 no ano anterior (até novembro) e contra 2 736 em 1968 (Tabela I). A diminuição de 4,3% no último intervalo é significativa porque se deu depois de um incremento de 38% em 1968/69. Mesmo assim, ainda continuou a crescer a quantidade de insolvências decretadas/deferidas (em cada um dos 2 períodos e não em intervalos menores), atingindo 1 287 no ano examinado, quando no anterior ficara limitada a 1 218. Esta variação, todavia, corresponde ao acréscimo de apenas 5,7%, contra 56% no intervalo precedente. Levando em conta o tempo necessário para serem julgados os processos em andamento, é de prever que em breve as falências decretadas e concordatas deferidas sigam tendência declinante, acompanhando de perto o curso das insolvências pedidas.

Maior Risco para Sociedades Anônimas

Foram as organizações de vulto ou as mais modestas que melhor performance demonstram quanto a solvabilidade? São possíveis 2 pontos de vista, que se complementam mutuamente, quando se pretende responder a esta pergunta. De acordo com os resultados estatísticos constantes da Tabela II, somente entre as sociedades de responsabilidade limitada ocorreram em 1970 falências solicitadas em maior número do que no ano anterior. Menor número de firmas individuais ou sociedades anônimas se viram, portanto, ameaçadas em sua existência. Em relação às concordatas pedidas, também se observa certo aumento, mas unicamente na categoria de sociedades de responsabilidade limitada. Examinando, entretanto, as insolvências decretadas/deferidas (Tabela III), verificamos que, requerida a falência de uma empresa, se tornou mais provável do que em 1969 que ela fosse finalmente decretada. Em

Tabela III — Parcela (%) das Falências ou Concordatas Requeridas que Foram Decretadas, Respectivamente Deferidas — Rio de Janeiro e São Paulo — Janeiro a Novembro 1969/70

Forma de Constituição	Falências		Concordatas	
	1970	1969	1970	1969
Firmas Individuais	24	19	97	109
Sociedades Resp. Ltda.	29	25	92	79
Sociedades Anônimas	55	43	90	94

particular quanto a sociedades anônimas, este risco alcançou valor numérico tão elevado que deverá alertar os responsáveis. Os resultados apurados indicam também que o fato de os credores darem entrada na justiça a uma solicitação de falência representa ameaça muito mais grave à sobrevivência quando se tratar de firmas de certa projeção (sociedades anônimas ou de responsabilidade limitada) do que no caso de pequenas organizações sem maior expressão econômica (geralmente firmas individuais). Quanto às concordatas, ocorreu justamente o contrário (Tabela III). Sociedades anônimas e de responsabilidade limitada, mesmo que já se tenha iniciado o processo de homologação de concordata, ainda conseguiram frequentemente cumprir com atraso as suas obrigações e, a seguir, con-

tinuar ou voltar a desenvolver normalmente as suas atividades (aproximadamente 8 a 10% de todos os pedidos de concordata). Para firmas individuais que não dispõem — via de regra — de tal facilidade de obtenção de crédito como as maiores organizações, só raramente uma recuperação financeira foi viável.

Bens de Consumo — Número Estável de Insolvências

Quando se classificam as insolvências segundo a categoria de bens produzidos ou comercializados pelas firmas afetadas, sobressaem os insucessos empresariais no grupo "bens de consumo", que participou em 1970 com 48% de todas as falências ou concordatas requeridas (Tabela IV). Entretanto, este número de insolvências se manteve praticamente inalterado em con-

fronto com o do ano anterior. Em virtude da expansão mais lenta dos preços de alimentos, vestuários e outros artigos indispensáveis, os consumidores mantiveram aproximadamente constantes os seus hábitos quanto a espécie, qualidade e quantidade de bens consumidos. Com isto o movimento registrado pela indústria e comércio destes setores deve ter seguido curso mais regular do que em períodos de fortes altas daqueles preços, que exercem influência decisiva na composição do índice do custo de vida. Com a previsão mais precisa da procura de tais artigos, tornaram-se menos frequentes os erros de planejamento das empresas, os quais são seguidos de desequilíbrio entre receita e despesa, levando as firmas a dificuldades financeiras e, eventualmente, à insolvência.

Com referência a "bens de produção", observa-se até declínio da quantidade de falências e concordatas, sejam elas pedidas ou decretadas/deferidas. Também no grupo de "ramos mal definidos ou ignorados", que congrega principalmente pequenas firmas, se nota diminuição de novos processos falimentares.

Uma pesquisa mais detalhada, conforme consta da Tabela V, mostra que 52% de todos os insucessos comerciais se verificaram em 1970 entre firmas de 10 ramos de atividade (51% em 1969). O número

Tabela IV — Número de Insolvências Segundo a Categoria de Bens ou Serviços — Rio de Janeiro e São Paulo — Janeiro a Novembro 1969/70

Bens ou Serviços	Número de Insolvências				Variação Anual (%)				% do Total 1970	
	Requeridas		Decretadas/deferidas		Requeridas		Decretadas/deferidas		Requeridas	Decretadas/Deferidas
	1970	1969	1970	1969	69/70	68/69*	69/70	68/69*		
Bens de Consumo	1 723	1 726	627	596	—	+49	+52	+15	48	49
Bens de Produção	253	277	101	116	— 8	+49	—13	—17	7	8
Ramos Imobiliários	257	213	78	71	+21	+68	+10	—	7	6
Diversos	162	139	35	46	+17	+48	—23	— 7	5	3
Subtotal	2 395	2 355	841	829	+ 2	+50	+15	+ 7	66	65
Ramos ignorados	1 214	1 409	446	389	—14	+19	+15	+10	34	35
Total	3 609	3 764	1 287	1 218	— 4	+37	+ 6	+ 8	100	100

Fonte dos dados originais: Cartórios. (*) Janeiro a Outubro,

global destas insolvências foi praticamente o mesmo do ano anterior. Decresceu de 8,5% a quantidade de falências e concordatas entre os demais grupos, em conjunto. No meio dos 10 ramos discriminados na Tabela V agravou-se em 5 déles a incidência em questão (+ 97 insucessos), mas nos 5 restantes a melhoria teve maior peso (- 106 insolvências). Dois setores assumem particular importância, seja por oferecerem ao público artigos de consumo forçado, seja devido ao grande número de firmas neles enquadradas. Trata-se de "alimentos" e "vestuários". Houve para elas redução da ordem de 10% de falências e concordatas. Continuou, portanto, no ano analisado sensível concentração de insolvências em determinados ramos de atividade.

Maior o Prejuízo Sofrido pelos Credores

Conforme vimos, as falências decretadas e concordatas deferidas em 1970 no Rio de Janeiro e São Paulo se referem a 1 287 firmas, verificando-se assim aumento de 20% em relação ao ano anterior. Não é, porém, apenas do número de insucessos que depende o montante do prejuízo ocasionado aos credores. A ordem de grandeza do passivo das organizações insolventes exerce importante influência sobre tais perdas. No período em exame este elemento se comportou de forma pouco uniforme. Enquanto o passivo médio de firmas individuais falidas ou concordatárias caiu a valor insignificante (Tabela VII), o de sociedades de responsabilidade limitada na mesma situação cresceu moderadamente e o de sociedades anônimas quase dobrou. Nestas condições, os compromissos contabilizados de uma única sociedade anônima equivaleram aos de 5 sociedades de responsabilidade limitada ou de 80 firmas individuais. Levando ainda em conta que o número absoluto de falências decretadas (com fortes prejuízos) aumentou, enquanto o de concordatas deferidas (com relação bastante moderada de prejuízo/passivo)

Tabela V Ramos de Atividade com o Maior Número de Insolvências Requeridas — Rio de Janeiro e São Paulo — Janeiro a Novembro 1969 70

Ramo de Atividade	1970	1969
Alimentos	430	436
Vestuário	372	447
Produtos Químicos e Farmacêuticos	214	204
Indústria e Oficinas Mecânicas	140	140
Construção Civil	133	113
Móveis e Decorações	130	122
Gráficas e Editoras	126	133
Importação, Exportação e Representações	117	135
Materiais de Construção	116	84
Material e Aparelhos Elétricos e Eletrônicos	112	85
Subtotal	1 890	1 899
Outros ramos	1 719	1 865
Total	3 609	3 764

Fonte dos dados originais: Cartórios.

Tabela VI — Estimativa do Prejuízo Ocasionado por Insolvências no Rio de Janeiro e em São Paulo — Valores em Milhões de Cr\$

Ano	N.º de Falências Decretadas e de Concordatas Deferidas	Passivo Total	Prejuízo Global Estimado	Prejuízo Passivo
1970	1 287	769	460	61
1969	1 074	423	212	40
1968	697	436	238	55

Em 1970: Janeiro a novembro. Em 1969 e 1968: Janeiro a outubro.

Tabela VII — Passivo Médio de uma Firma Insolvente — Rio de Janeiro e São Paulo — Janeiro a Novembro 1970 — Cr\$ Mil

Forma de Constituição	1970	1969
Firmas Individuais	36	213
Sociedades Respons. Ltda.	569	504
Sociedades Anônimas	2 738	1 537

Tabela VIII — Indicadores de Correlação entre Insolvências e Protesto de Títulos no Rio de Janeiro e em São Paulo

Ano	Coeficiente de		
	Vulnerabilidade	Insolvência efetiva	Dificuldades transitórias
1970	11,1	4,2	6,9
1969	13,5	4,3	9,2
1968	14,1	4,0	10,1

1968 e 1969: Janeiro a outubro. 1970: janeiro a novembro.

decreceu, não é de surpreender que as perdas dos credores se hajam elevado a nível bem superior ao de 1969. O prejuízo global é avaliado para 1970, em São Paulo e Rio de Janeiro conjuntamente, em 460 milhões de cruzeiros (Tabela VI), ou seja, 117% superior ao de 1969.

Relação entre Insolvências e Protesto de Títulos

Em virtude da proibição, durante cerca de 3 meses, de se divulgar o protesto de títulos na capital de S. Paulo, não se conhece exatamente o resultado estatístico de 1970 naquela praça e, conseqüentemente, ficou prejudicado o cálculo preciso de alguns indicadores econômicos. Mesmo assim, efetuamos estimativas a respeito, que revelarão pelo menos as tendências predominantes, embora talvez imprecisas pelo motivo acima (Tabela VIII). O quociente "número de insolvências requeridas/1000 títulos protestados" (coeficiente de vulnerabilidade) melhorou muito em 1970, se bem que o quociente "número de falências decretadas e de concordatas deferidas 1000 títulos protestados" (coeficiente de insolvência efetiva) tenha permanecido praticamente constante. Conclui-se daí que as dificuldades financeiras transitórias de firmas foram relativamente menos freqüentes. Isto significa que a falta de liquidação pontual de promissórias ou duplicatas vencidas constituiu ameaça mais séria à sobrevivência da organização responsável. Maior disciplina, compulsória, para os realmente desejosos de não sofrerem ruína, resulta da implantação ou do aperfeiçoamento de toda uma série de medidas moralizadoras, como por exemplo o combate à agiotagem e a fiscalização do fluxo de mercadorias desde o produtor até o consumidor, cujos efeitos, por enquanto, não foram devidamente notados ou comentados em sua plenitude.

Menos Títulos Vultosos

Em 1970 os devedores por promissórias e duplicatas cumpriram no

Tabela IX — Títulos Protestados no Rio de Janeiro e em São Paulo — Janeiro a Novembro 1968/70 — Número em Milhares — Valores em Milhões de Cr\$

Natureza dos Títulos	1970		1969		1968	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Promissórias	97,8	153,7	91,0	123,5	68,0	73,7
Duplicatas	147,8	139,9	128,2	104,5	89,7	49,5
Total	245,6	293,6	219,2	228,0	157,7	123,3

Fonte dos dados originais: Cartórios. Excluídos os resultados de São Paulo em julho, agosto e setembro de cada um dos anos indicados.

Rio de Janeiro e São Paulo as suas obrigações em escala razoável. Deixaram de ser liquidados nestas 2 praças cerca de 98 mil títulos no valor de Cr\$ 154 milhões (Tabela IX), o que equivale ao incremento quantitativo de 12% em relação a 1969, contra 39% no intervalo anterior. O número de promissórias não amortizadas se elevou de 7,5% e o de duplicatas de 15,3%. Esta evolução indica que a seleção ao serem concedidos os respectivos financiamentos, melhorou quanto à eficiência. É que os créditos não restituídos que não tiverem sido realizados com garantia de mercadorias tendem a crescer mais intensamente do que o desconto de duplicatas, o qual, segundo ensina a experiência, oferece menor risco de não restituição.

O valor médio de um título levado a protesto e provavelmente também dos demais evoluiu mais ou menos em curso paralelo ao do nível de preços. Uma promissória

não paga em 1970 se situou, em média, em Cr\$ 1,6 mil, contra 1,4 mil no ano anterior (+ 15%). No mesmo intervalo, o valor, igualmente médio, de uma duplicata passou de Cr\$ 0,8 mil para 0,9 mil (+ 13%). Em novembro/69 e igual mês de 1970 os preços por atacado (disponibilidade interna) sofreram alta pouco maior, isto é, de 17,2%.

Apesar de terem crescido a quantidade e o valor global do conjunto dos títulos protestados, os resultados constantes da Tabela X mostram que se verificou certo recuo daqueles papéis comerciais não atendidos no vencimento e que haviam sido emitidos por quantias elevadas. Com esta diminuição de 7% (valor) contrasta um incremento de 38% das promissórias e duplicatas de valor moderado. A expansão do protesto de títulos se limitou, portanto, à área das obrigações financeiras de porte media-

Tabela X — Protesto de Títulos Segundo o Valor Unitário — Rio de Janeiro e São Paulo — Janeiro a Novembro 1969/70 — Número em Milhares — Valores em Milhões de Cr\$

Valor Unitário	1970		1969	
	N.º	Valor	N.º	Valor
Moderado	245,0	252,1	218,2	183,2
Elevado	0,6	41,5	1,0	44,8
Total	245,6	293,6	219,2	228,0

Fonte dos dados originais: Cartórios.

no. Assim, não houve especulações em grande escala com recursos emprestados, por indivíduos e entidades, como já se observara, com desastrosos resultados quanto à solvabilidade geral, no passado.

Uma análise mais detalhada da participação dos diversos grupos de devedores por títulos não liquidados, de valor unitário elevado, mostra (Tabela XI) que quase 1/3 se referiu em 1970 a produtores e distribuidores de artigos de consumo. Levando em consideração que o protesto de papéis comerciais costuma anteceder o pedido de falência ou concordata e que em 1970 se manteve estável o número de insolvências solicitadas contra firmas destas atividades o recente aumento de 22%, observado com referência a promissórias e duplicatas de vulto não amortizadas, indica próximo agravamento — no mínimo temporário — dos insucessos de empresas destes setores. Em todas as demais rubricas, salvo "particulares", melhorou o atendimento de compromissos de vulto o qual, havia sido francamente desfavorável no ano anterior.

Estudando os dados da Tabela XII, verificamos que aos títulos protestados, de valor unitário elevado, emitidos por firmas dos 10 principais (sob este aspecto) ramos de atividade, corresponderam a 57% do total (47% em 1969). A importância global não paga pelas empresas destes 10 grupos aumentou 13% em 1970. Entre elas, 3 subgrupos apresentaram diminuição de Cr\$ 3,6 milhões e 7 outros aumentos de 6,3 milhões. Ao mesmo tempo, o montante das promissórias e duplicatas vultosas não pagas por organizações das constantes atividades, não discriminadas na Tabela XII, decresceu de 38%. Intensificou-se, portanto, a concentração do protesto de papéis comerciais emitidos por importância elevada, a um reduzido número de setores econômicos. A melhoria, observada para o conjunto de todas as atividades, proveio especialmente de pequenos progressos registrados por segmentos da economia que não têm maior expressão. Em 1970

Tabela XI — Devedores por Títulos Vultosos Protestado no Rio de Janeiro e em São Paulo — Janeiro a Novembro 1969/70 — Milhões de Cr\$

Categoria dos Devedores	Valor Global		Variação Anual %		% do Total	
	1970	1969	69/70	68/69*	1970	1969
Bens de Consumo	12,8	10,5	+ 22	— 44	31	25
Bens de Produção	6,7	7,9	— 15	+164	16	16
Ramos Imobiliários	7,4	8,4	— 13	+875	18	16
Particulares	6,1	5,1	+ 20	+ 10	15	14
Diversos	3,1	5,5	— 44	+ 27	7	13
Subtotal	36,0	37,3	— 3	+ 11	87	84
Não ou mal definidos	5,5	7,5	— 27	+176	13	16
Total	41,5	44,8	— 7	+ 23	100	100

Fonte dos dados originais: Cartórios. (*) Janeiro a outubro.

Tabela XII Principais Devedores por Títulos Vultosos Protestados no Rio de Janeiro e em São Paulo Janeiro a Novembro 1969/70 Milhões de Cr\$

Ramos de Atividade das Firms Devedoras	1970	1969
Construção Civil	5,2	7,4
Importação, Exportação e Representações	4,8	3,9
Alimentos	3,6	2,2
Vestuário	3,4	2,2
Materiais de Construção	2,0	0,7
Veículos	1,3	1,0
Diversões	1,0	0,1
Transportes	0,9	1,9
Metalurgia	0,8	0,5
Gráficas e Editoras	0,8	1,2
Subtotal	23,8	21,1
Outros ramos	11,6	18,6
Pessoas Físicas	6,1	5,1
Total	41,5	44,8

Fonte dos dados originais: Cartórios.

aumentou uma vez maior o valor global de títulos vultosos protestados contra produtores e comerciantes de alimentos e vestuário. Embora tenha diminuído em relação a

1969 a importância não liquidada por sociedades de construção civil, não existem ainda sinais de solução da crise de solvabilidade, há vários anos patente nesta atividade.

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA BRITÂNICA BATE RECORDE DE EXPORTAÇÃO

A indústria farmacêutica com sede na Grã-Bretanha conseguiu um recorde de exportações no ano passado, aproximando-se da marca de 336 milhões de dólares, em comparação com 285 milhões de dólares em 1969, que também foi um recorde.

A Associação da Indústria Farmacêutica Britânica (ABPI) declarou que as vendas dobraram nos últimos 7 anos, estabelecendo firmemente a Grã-Bretanha como uma das 4 principais nações exportadoras de remédios.

Entre os principais medicamentos exportados estão os antibióticos, vitaminas, hormônios, vacinas e anticoncepcionais orais. Os antibióticos, como os maiores arrecadadores de moeda estrangeira, acusaram vendas médias de 40 milhões de dólares anuais.

A exportação de hormônio foi estimada em cerca de 21 milhões de dólares em 1970, com vacinas e preparados similares atingindo a importância de 12 milhões de dólares, seguidos muito de perto pelas vitaminas, com 11 milhões de dólares.